



CATENO GESTÃO DE CONTAS DE PAGAMENTO S.A. - CNPJ/MF 20.247.380/0001-70

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores: A Cateno foi criada em fevereiro de 2015, através da associação entre o Banco do Brasil S.A. e a Cielo S.A., para a exploração das atividades de gestão de contas de pagamento pós-pagas e da funcionalidade de compra via cartões de débito e crédito do Arranjo Ourocard. A Companhia tem como propósito ampliar a rentabilidade e as oportunidades de negócios, através de tecnologias seguras em meios de pagamento. Dessa forma, buscamos inovar em um mercado em acelerada transformação, investindo em plataformas, pessoas e cultura. O exercício de 2021 foi bastante desafiador para todos nós. A COVID-19 permaneceu atingindo fortemente a economia, em especial o varejo e o consumo das famílias, que teve início de recuperação no segundo semestre, a partir da ampliação das vacinas no país. Por outro lado, no mesmo período, houve uma profunda digitalização nos hábitos de pagamento dos brasileiros, com ampliação do comércio eletrônico, surgimento de novas tecnologias e de intermediação dos meios de pagamento. Estamos confiantes quanto a nossa capacidade para capturar as oportunidades e permanecemos otimistas quanto às perspectivas de longo prazo do país, na medida em que criamos uma experiência de pagamento única - invisível, instantânea e de baixo custo - aos nossos clientes. Apresentamos as demonstrações financeiras da Cateno referentes ao exercício findo em 31/12/2021, acompanhados do Parecer do Conselho Fiscal, Relatório do Comitê de Auditoria e Relatório da Auditoria Independente. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 25/03/2022. A seguir destacamos os pontos mais relevantes do exercício de 2021.

Descontinuidade da conta digital: A Cateno iniciou a operação de conta digital em 2019, com alguns parceiros comerciais, sendo o Cielo o principal deles. O produto conta digital Cateno seguia o padrão do mercado, com a emissão dos cartões e a infraestrutura necessária à autorização, processamento e controle das transações de compra, saque e pagamento, e recarga pelos usuários. Em 2021, por decisão estratégica da Companhia, considerando os resultados financeiros da operação, foi aprovado a descontinuidade do produto, e solicitou ao Banco Central do Brasil (BACEN), pedido de arquivamento do requerimento de autorização para funcionamento da Cateno como Instituição de Pagamento, foi apresentado e aprovado o plano de descontinuidade e encerramento da operação ao BACEN, os prazos previstos no plano foi devidamente cumprido. **Desempenho operacional:** Os ativos totais da Companhia atingiram o montante de R\$ 10,9 bilhões, representando um aumento de 1,02% em relação a posição patrimonial de 2020. O volume financeiro das transações atingiu o montante de R\$345,9 bilhões, representando um aumento de 22,7% ou R\$64 bilhões, quando comparado ao exercício anterior. As receitas líquidas aumentaram em 23,5% ou R\$615,6 milhões, impulsionadas pelo aumento substancial do volume capturado. Importante destacar que no comparativo anual, a expansão das receitas foi limitada devido os efeitos Lei 175/20, com a provisão do ISS adicional de 3% a partir de janeiro/2021. O lucro líquido da Companhia totalizou R\$626,8 milhões, aumento de 35% ou R\$162,4 milhões em relação ao ano anterior, devido ao forte impacto da COVID-19, especialmente no 1º semestre de 2020. O EBITDA totalizou o montante de R\$1.299 milhões, aumento de 25,9% ou R\$266,9 milhões em relação ao exercício anterior. **Distribuição de dividendos:** A proposta de distribuição de lucros para os acionistas da Companhia é reconhecida como uma obrigação legal prevista nos termos do artigo 27, §4º, do Estatuto Social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às informações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas informações contábeis, é registrada na rubrica "Reservas de lucros", no patrimônio líquido, até sua deliberação com base no estatuto social da Companhia.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2021 E 2020 (EM MILHARES DE REAIS)			
Ativo	Nota	2021	2020
Circulante		1.580.906	1.039.869
Caixa e equivalentes de caixa	5	816.904	221.691
Instrumentos financeiros	6	22.775	242.726
Contas a receber - Partes relacionadas	7	738.125	572.154
Outros valores a receber	8	3.102	3.298
Não circulante		9.401.522	9.832.083
Instrumentos financeiros	6	268.061	382.457
IR e CS diferidos	12	189.337	110.032
Imobilizado	9	4.064	4.964
Direito de Uso - Arrendamentos	10	2.664	2.056
Intangível	11	8.937.396	9.332.574
Total do ativo		10.982.428	10.871.952

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2021 E 2020 (EM MILHARES DE REAIS)			
	Nota	2021	2020
Lucro líquido do exercício		626.785	464.349
Resultado abrangente total		626.785	464.349

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2021 E 2020 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO O LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO)			
	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	19	3.237.943	2.622.367
Custo dos serviços prestados	20	(2.143.159)	(1.759.563)
Lucro bruto	19	1.094.784	862.804
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	21	(190.411)	(220.399)
Lucro operacional	19	904.373	642.405
Resultado financeiro	22	49.006	63.349
Receitas financeiras	22	51.167	66.758
Despesas financeiras	22	(2.161)	(3.409)
Lucro antes do IR e da CS	19	953.379	705.754
IR e CS	12	(326.594)	(241.405)
Correntes	12	(405.899)	(247.934)
Diferidos	12	79.305	6.529
Lucro líquido do exercício	19	626.785	464.349
Lucro por ação		0,06	0,05

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)			
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--

1. Contexto operacional: A Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ("Cateno" ou "Companhia"), com sede em Barueri, Estado de São Paulo, foi constituída em 27/02/2015, com a contribuição da expertise em meios de pagamentos devida pelos seus sócios Banco do Brasil S.A. ("BB") e Cielo S.A. ("Cielo"). Foram firmados os documentos que concluíram a formação da associação entre Cielo e a BB Elo Cartões Participações S.A. ("BB Elo Cartões"), subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., para a criação da Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ("Cateno"), cujo objetivo inicial foi gerar as transações oriundas do Arranjo de Pagamento Ourocard ("Arranjo Ourocard") nas operações de cartões de crédito e débito, gestão de contas de pagamento, apoio ao gerenciamento e controle da segurança das transações, o pagamento de tarifas às bandeiras e arranjos de pagamentos, e outros serviços correlatos, conforme autorização prévia concedida pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e Banco Central do Brasil, nos termos da Resolução nº 4.062/12 e da Lei nº 12.865/13. Após publicação da Circular nº 3.885 em 26/03/2018, a Cateno tornou-se elegível a ser uma Instituição de Pagamento Emissora, podendo participar de arranjos de pagamentos. A Cateno tem o seu capital social devida em proporção de 70% pela Cielo e de 30% pela BB Elo Cartões, sendo que, para a formação da associação, a BB Elo Cartões aportou ativos intangíveis relacionados ao Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto a Cielo aportou R\$8,1 bilhões na operação. O montante aportado pela Cielo é composto por: (i) R\$3,5 bilhões oriundos das primeiras, segunda e terceira emissões de debêntures simples, em série única, da espécie quirográfrica, não conversíveis em ações, de distribuição privada, e (ii) R\$4,6 bilhões referentes ao pagamento, pela BB Elo Cartões, dos tributos incidentes sobre a operação. O Arranjo Ourocard consiste no conjunto de regras e procedimentos que disciplina a prestação de serviços de pagamento ao público relacionados às transações de compras dos cartões de crédito e débito emitidos pelo BB com as bandeiras Visa, Mastercard, American Express e Elo, excluindo-se cartões relacionados aos negócios pré-pagos, soluções de meios de pagamento fornecidas a entes governamentais e cartões *private label* emitidos no âmbito de parcerias atuais firmadas pelo BB com varejistas. Dentre as atividades desenvolvidas pela Cateno, destacam-se a operação e gestão de contas de pagamento envolvendo cartões de crédito, débito e múltiplos, de bandeiras privadas e pré-pagos (não incluindo a administração de cartões de crédito); execução dos processos de produção das faturas e outros documentos vinculados às contas de pagamento e/ou referentes à comunicação; postagem e envio físico e/ou eletrônico aos usuários finais pagadores; execução do suporte técnico para atendimento às demandas dos usuários finais pagadores; execução do suporte técnico aos canais de atendimento dos emissores dos instrumentos de pagamento; execução do processo de risco operacional das transações de pagamento, incluindo, mas não se limitando ao acompanhamento e monitoramento de transações com indicio ou alegação de fraude e execução e cooperação como instituidor do arranjo de pagamento do processamento, manutenção e desenvolvimento de TI envolvendo os sistemas relacionados à gestão de pagamento. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **a. Demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 25/03/2022. **b. Interpretações e mudanças nas principais políticas contábeis:** As novas alterações de IFRS emitidas pelo IASB e os respectivos pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), que entraram em vigor no exercício de 2021, não afetaram as demonstrações financeiras da Companhia.

depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos. Com exceção das contas a receber, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber são reconhecidas pelo preço da transação, conforme divulgado no item 7.2. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos no plano de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais, enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes, são mantidos no modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e venda. **a. Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos até o vencimento, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata dia*, ajustados ao valor de mercado, quando aplicável. Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber". **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros no exercício findo em 31/12/2021. **b. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo se houver e reconhecidas na demonstração do resultado. A Cateno mantém os investimentos que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, porém o valor de mercado não oscila para que haja reconhecimento no resultado. **c. Redução ao valor recuperável dos ativos - Impairment:** A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados, a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais, que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou ativo financeiro a custo amortizado tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.5 Partes relacionadas: Classificação e mensuração: a. Ativo:** As transações com partes relacionadas referem-se aos valores correspondentes à taxa de intercâmbio sobre a captura das transações com cartões de débito e crédito do arranjo de pagamentos Ourocard, mensurados ao valor da prestação de serviços contratualmente acordada. Se o prazo de recebimento é equivalente a uma ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **b. Passivo:** As contas a pagar com partes relacionadas são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **2.6 Tributos a recuperar:** Os tributos a recuperar compõem-se, preponderantemente, de IRRF sobre aplicações financeiras, antecipação do IR e da CS por estimativa. **2.7 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. A depreciação do ativo é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada em anos. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **2.7.1 Arrendamento mercantil:** Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento. Não reconhecemos ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para ativos de baixo valor, incluindo equipamentos de tecnologia. **2.8 Ativos intangíveis:** O ativo intangível é um bem incorpóreo resultante da avaliação econômico-financeira sobre o negócio do arranjo dos meios de pagamento do cartão Ourocard, conforme descrito na nota explicativa do contexto operacional. Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **2.9 Fornecedores:** As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.10 IR e CS - Correntes e diferidos:** A provisão para IR e a CS do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de

10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para IR e 9% sobre o lucro tributável para CSSL. O IR e a CS diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. A despesa com IR e CS compreende os impostos de renda e CS correntes e diferidos. O IR e a CS diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. **2.11 Benefícios e funcionários: Previdência Complementar:** Refere-se aos valores que a Companhia é cotropcionadora de um plano de previdência privada com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos aos planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados. **Participação nos lucros e bônus:** A Companhia concede participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social nos órgãos de governança, respeitando o acordo com o sindicato da classe e os contratos de prestação de serviços dos administradores. **2.12 Provisão para riscos:** As provisões que envolvem processos tributários, cíveis e trabalhistas que estão constituídas e apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, são aqueles em discussão judicial, e atualizados monetariamente, sendo computados os juros moratórios como se devidos fossem, até as datas dos balanços. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais, são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Nota 14). **2.13 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, pela intermediação do Arranjo dos meios de pagamento Ourocard. A receita é apropriada ao resultado na data da captura/processamento das transações com cartões de crédito e de débito, líquida dos impostos, cancelamentos, abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor por ser mensurado com segurança, desde que os benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia, e quando os critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme regras estabelecidas pelas bandeiras. De acordo com o cumprimento da obrigação de performance, o reconhecimento da receita é realizado diariamente, substancialmente inteiro me das transações de compras feitas pelos portadores dentro do Arranjo, gerando intercâmbio sobre a volumetria de autorizações junto as bandeiras e o emissor. **2.14 Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo de corrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.15 Impactos Covid-19:** A economia mundial foi impactada negativamente pela propagação da doença respiratória ocasionada pelo novo Coronavírus (Covid-19), uma série de medidas foram tomadas pela Administração para proteção e suporte a seus colaboradores, clientes, parceiros comerciais e fornecedores e da gestão de continuidade dos negócios, com objetivo de proteger seus colaboradores, 100% do quadro foi alocado em home-office logo no início da quarentena, permanecendo assim até o momento, e com acompanhamento constante dos casos suspeitos de contágio pela área de Recursos Humanos. A Companhia não identificou quaisquer incertezas relevantes relacionadas a eventos ou condições que possam lançar dúvidas sobre sua continuidade em virtude do cenário de pandemia (COVID-19). Também não há indicação da necessidade de redução a valor recuperável de ativos, ou riscos associados no cumprimento das obrigações. Assim permanecemos trabalhado intensamente para garantir a qualidade das atividades e recursos necessários para o cumprimento das metas junto aos acionistas, sobretudo estimulando o uso dos canais digitais visando manter os protocolos de saúde e distanciamento social. **2.16 Distribuição de lucros:** A proposta de distribuição de lucros para os acionistas da Companhia é reconhecida como uma obrigação prevista nos termos do artigo 27, §4º, do Estatuto Social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às informações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas informações contábeis, é registrada na rubrica "Reservas de lucros", no patrimônio líquido, até sua deliberação com base no estatuto social da Companhia (Nota 18.5). **3. Estimativas e julgamentos contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Companhia. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes podem não ser iguais aos respectivos resultados reais. As principais estimativas existentes se referem ao intangível e redução ao valor recuperável do ágio (quando aplicável), arrendamento, IR e CS diferidos (créditos tributários) e contingências cíveis, trabalhistas e fiscais. A Companhia revisa as estimativas e premissas anualmente. **4. Gestão de riscos: 4.1 Fatores de risco:** A área gestão de risco é responsável, na Companhia, pela identificação, avaliação, monitoramento e reporte dos riscos de liquidez, mercado, crédito/contraparte e operacional segundo as políticas aprovadas pela administração. **Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como exposições junto ao Banco do Brasil em aberto. Para bancos e instituições financeiras, os limites de depósitos e aplicações financeiras são definidos pela diretoria financeira. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito/contraparte durante o exercício, e nesse cenário a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência. **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia pelos profissionais de finanças. Os profissionais de finanças monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia possua caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A Companhia investe o excedente de caixa em aplicações financeiras selecionando instrumentos com vencimento e liquidez apropriados para suportar as suas operações e objetivos. O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é mantido na própria Companhia, mas gerenciado pelos profissionais de finanças. A Companhia investe o excesso de caixa em aplicações financeiras, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem

depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos. Com exceção das contas a receber, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber são reconhecidas pelo preço da transação, conforme divulgado no item 7.2. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos no plano de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais, enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes, são mantidos no modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e venda. **a. Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos até o vencimento, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata dia*, ajustados ao valor de mercado, quando aplicável. Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber". **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros no exercício findo em 31/12/2021. **b. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo se houver e reconhecidas na demonstração do resultado. A Cateno mantém os investimentos que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, porém o valor de mercado não oscila para que haja reconhecimento no resultado. **c. Redução ao valor recuperável dos ativos - Impairment:** A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados, a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais, que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou ativo financeiro a custo amortizado tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.5 Partes relacionadas: Classificação e mensuração: a. Ativo:** As transações com partes relacionadas referem-se aos valores correspondentes à taxa de intercâmbio sobre a captura das transações com cartões de débito e crédito do arranjo de pagamentos Ourocard, mensurados ao valor da prestação de serviços contratualmente acordada. Se o prazo de recebimento é equivalente a uma ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **b. Passivo:** As contas a pagar com partes relacionadas são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **2.6 Tributos a recuperar:** Os tributos a recuperar compõem-se, preponderantemente, de IRRF sobre aplicações financeiras, antecipação do IR e da CS por estimativa. **2.7 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. A depreciação do ativo é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada em anos. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **2.7.1 Arrendamento mercantil:** Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento. Não reconhecemos ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para ativos de baixo valor, incluindo equipamentos de tecnologia. **2.8 Ativos intangíveis:** O ativo intangível é um bem incorpóreo resultante da avaliação econômico-financeira sobre o negócio do arranjo dos meios de pagamento do cartão Ourocard, conforme descrito na nota explicativa do contexto operacional. Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **2.9 Fornecedores:** As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.10 IR e CS - Correntes e diferidos:** A provisão para IR e a CS do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de

depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos. Com exceção das contas a receber, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber são reconhecidas pelo preço da transação, conforme divulgado no item 7.2. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos no plano de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais, enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes, são mantidos no modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e venda. **a. Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos até o vencimento, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata dia*, ajustados ao valor de mercado, quando aplicável. Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber". **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros no exercício findo em 31/12/2021. **b. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo se houver e reconhecidas na demonstração do resultado. A Cateno mantém os investimentos que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, porém o valor de mercado não oscila para que haja reconhecimento no resultado. **c. Redução ao valor recuperável dos ativos - Impairment:** A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados, a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais, que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou ativo financeiro a custo amortizado tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.5 Partes relacionadas: Classificação e mensuração: a. Ativo:** As transações com partes relacionadas referem-se aos valores correspondentes à taxa de intercâmbio sobre a captura das transações com cartões de débito e crédito do arranjo de pagamentos Ourocard, mensurados ao valor da prestação de serviços contratualmente acordada. Se o prazo de recebimento é equivalente a uma ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **b. Passivo:** As contas a pagar com partes relacionadas são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **2.6 Tributos a recuperar:** Os tributos a recuperar compõem-se, preponderantemente, de IRRF sobre aplicações financeiras, antecipação do IR e da CS por estimativa. **2.7 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. A depreciação do ativo é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada em anos. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **2.7.1 Arrendamento mercantil:** Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento. Não reconhecemos ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para ativos de baixo valor, incluindo equipamentos de tecnologia. **2.8 Ativos intangíveis:** O ativo intangível é um bem incorpóreo resultante da avaliação econômico-financeira sobre o negócio do arranjo dos meios de pagamento do cartão Ourocard, conforme descrito na nota explicativa do contexto operacional. Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **2.9 Fornecedores:** As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Estes pass

continuação... remuneração dos administradores durante os exercícios findos em 31/12/2021 e de 2020:

	2021	2020
Benefícios de curto prazo	5.858	3.975
Total	5.858	3.975

Os benefícios de curto prazo se referem, substancialmente, a variável (participação nos lucros), salários e encargos, apurado com base no resultado da Companhia, com estabelecimento de metas corporativas com a avaliação e validação do Conselho de Administração da Companhia. Esse saldo encontra-se registrado na demonstração de resultados em "Custo do Serviço prestado", subgrupo "Salários, encargos e benefícios" (nota nº 20). Consideram-se Administradores os diretores estatutários e conselheiros da Companhia. **7.2 Contas a receber:** Comissão sobre intercâmbio, correspondem aos valores a receber relativos à comissão de intercâmbio sobre o arranjo dos meios de pagamento Ourocard, conforme descrito no "Acordo de Receitas e Despesas" firmado com o Banco do Brasil S.A. **7.3 Contas a pagar:** As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços conforme previstos no "Acordo de Receitas e Despesas" firmado com o Banco do Brasil S.A. para garantir a operação do arranjo dos meios de pagamento Ourocard, sendo classificadas como passivos circulantes. **8. Outros valores a receber:** Os valores registrados nesta rubrica, referem-se aos saldos provenientes das antecipações efetuadas pela Companhia, com base em contrato de parcerias para execução de serviços e soluções operacionais.

	2021	2020
Adiantamento a fornecedores (a)	1.388	3.275
Despesas antecipadas (b)	1.714	-
Outros	-	23
Total	3.102	3.298

(a) Corresponde ao contrato firmado com empresa parceira, são valores para prestação de serviços ligados a soluções de *softwares*, para captura e liquidação das transações envolvendo o produto pré-pago nas transações de pagamentos contas e recarga de celular. (b) Refere-se às despesas com renovação contratual das licenças Microsoft e infraestrutura Cateno com vigência no período de 12 meses.

9. Imobilizado:

	Processamento de dados		Equipamentos de telecomunicações		Máquinas e equipamentos		Total
	Instalações	Equipamentos	Móveis e utensílios	Móveis e utensílios	Móveis e utensílios	Móveis e utensílios	

Saldos em 31/12/2019	2.053	657	325	310	241	3.586
Aquisições	904	1.365	56	144	135	2.604
Depreciação	(816)	(164)	(138)	(73)	(35)	(1.226)
Saldos em 31/12/2020	2.141	1.858	243	381	341	4.964

Aquisições	541	41	44	15	7	648
Baixas	-	(12)	-	(15)	-	(27)
Transferências	-	219	(138)	-	(81)	-
Depreciação	(861)	(512)	(62)	(53)	(33)	(1.521)
Saldos em 31/12/2021	1.821	1.594	87	328	234	4.064

Taxas anuais de depreciação - %	25	20	10	10	10
----------------------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

10. Direito de uso - Arrendamentos:

	Bens de Uso - Arrendamentos	
Saldo em 31/12/2019	2.605	
Aquisições	-	-
Transferências	-	-
Depreciação	-	(549)
Saldo em 31/12/2020	2.056	

Aquisições	2.935
Baixas	(2.017)
Depreciação	(310)
Saldo em 31/12/2021	2.664

Taxa anual de depreciação - %

	20
--	----

11. Intangível: O principal ativo intangível refere-se aos direitos de exploração no âmbito do Arranjo de Pagamentos Ourocard, e foi objeto de avaliação econômico-financeira por consultoria especializada através de laudo, calculado um intervalo referente ao valor econômico dos "direitos outorgados", elaborado com base na projeção de resultados futuros das atividades, por meio do "Fluxo de Caixa Descontado", o qual foi avaliado em R\$11.572 milhões, pelo prazo de vida útil de 30 anos, com amortização de forma linear. A vida útil e o método de amortização são revisados anualmente. (Nota 2.8). A composição dos intangíveis está apresentada a seguir:

	Desenvolvimento				
	Arranjo Ourocard	Software	Patentes	Softwares	Total
Saldos em 31/12/2019	9.707.623	1.258	73	8.374	9.717.328
Adições	-	323	-	2.631	2.954
Amortizações	(385.733)	(1.196)	-	(779)	(387.708)
Saldos em 31/12/2020	9.321.890	385	73	10.226	9.332.574
Adições	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	(7.341)	(7.341)
Transferências	-	878	-	(878)	-
Amortizações	(385.733)	(411)	-	(1.693)	(387.837)
Saldos em 31/12/2021	8.936.157	852	73	314	8.937.396

12. IR e CS: A Cateno adota o procedimento de reconhecer créditos tributários de IR e de CS sobre diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indutíveis. Em 31/12/2021 e 2020 os valores desses tributos diferidos são os seguintes:

JANDIR DE MORAES FEITOSA JUNIOR - Diretor de Finanças e Administração	FLAVIO APOLINARIO ALONSO JUNIOR - Diretor de Riscos e Compliance	EDUARDO DE MELO CONDÉ - Diretor de Tecnologia e Operações	JERRY QUADROS DE CARVALHO - Contador - CRC-1SP224001/0-2
------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------

Os membros do Conselho Fiscal da Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais, tendo examinado as Demonstrações Financeiras elaboradas pela Companhia, bem como o Relatório da Administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 ("Exercício 2021"), e à vista do Relatório dos Auditores Independentes emitido pela KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, e manifestação emitida pela Diretoria-Executiva e pela área de contabilidade da Companhia, também sem ressalvas, são de opinião que as citadas peças, examinadas à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia, estando em condição de serem apreciadas e deliberadas pela Assembleia Geral da Companhia.

JOÃO LEOCIR DAL ROSSO FRESCURA - Presidente Conselho Fiscal

Atribuições e Responsabilidades: O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ("Companhia") é um órgão estatutário de funcionamento permanente que visa assessorar o Conselho de Administração com independência em relação à Diretoria e demais profissionais da Companhia. Nos termos da versão vigente do Regimento Interno do Comitê, aprovado em 30 de janeiro 2020 ("Regimento Interno"), o Comitê é composto por 04 (quatro) membros, dos quais 2 (dois) são indicados pela acionista Cielo S.A. ("Cielo") e 2 (dois) são indicados pela acionista BB Elo Cartões Participações S.A. ("BB"), com mandato unificado de 2 (dois) anos e permitida a reeleição. Com relação aos membros pertencentes do quadro atual do Comitê, todos foram eleitos pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 03 de maio de 2021, com mandato unificado até a primeira reunião a ser realizada pelo Conselho imediatamente após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que eleger os membros do Conselho de Administração em 2023. A auditoria independente da Companhia, realizada atualmente pela KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), é responsável pelo exame das demonstrações contábeis da Companhia com vistas a emitir relatório contendo opinião sobre sua aderência às normas aplicáveis, pelo planejamento e execução das auditorias conforme normas reconhecidas. As avaliações do Comitê estão fundamentadas nas informações prestadas pela Administração, auditores independentes, responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos da Companhia, bem como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. Nos termos do Regimento Interno, o Comitê reúne-se trimestralmente em sessões ordinárias. Durante o exercício social de 2021, o Comitê realizou 04 (quatro) sessões ordinárias e 05 (cinco) sessões extraordinárias, reunindo-se com a área de riscos e compliance, controles internos, auditoria interna, auditores independentes, além de diretores e executivos de outras áreas da Companhia. Importante destacar que os membros do Comitê, em todas as reuniões, se reuniram com a líder da auditoria interna da Companhia, bem como em 05 (cinco) reuniões com os auditores independentes e 01 (uma) sessão reservada com o CEO da Companhia. Ainda, o Comitê realizou 01 (uma) reunião extraordinária conjunta com o Comitê de Finanças e com o Conselho Fiscal, bem como 01 (uma) reunião extraordinária conjunta com o Comitê de Riscos da Companhia para troca de informações e experiências. Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar as seguintes: (a) a análise do relatório da auditoria externa da Companhia referente ao período findo em 31 de dezembro de 2020 com apresentação da auditoria externa acerca de sua abordagem e principais assuntos analisados; (b) o relatório da administração e demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2020; (c) o relatório anual do comitê de auditoria referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e do respectivo relatório anual resumido; (d) a proposta de honorários da auditoria independente para os exercícios de 2021 e 2022; (e) a discussão, recomendação e encaminhamento do Plano de Trabalho da Auditoria interna para o ano de 2021; (f) os resultados econômico-financeiros da companhia referentes aos 1º, 2º e 3º trimestres - 2021 e apresentação da auditoria independente sobre trabalhos realizados nos referidos trimestres. **2. Demonstrações Contábeis Anuais de 2021:** Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, realizaram o exame e análise das demonstrações contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 ("Demonstrações Contábeis Anuais de 2021"). Tendo em vista as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela KPMG, bem como as atividades desempenhadas e acompanhadas pelo Comitê durante o exercício de 2021, os membros do Comitê opinam, por unanimidade, que as Demonstrações Contábeis Anuais de 2021 refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e recomendam a sua aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas para deliberação, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

LOUANGELA BIANCHINI DA COSTA COLQUHOUN - Membro Comitê de Auditoria

Aos Acionistas, aos Conselheiros e aos Administradores da **Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.** Barueri - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriremos com as demais responsabilidades sênticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

	2021	2020
Diferenças temporárias apuradas IRPJ	556.834	323.624
Diferenças temporárias apuradas CSLL	556.988	323.624
Provisões custos bandeiras	242.598	171.446
Provisões custos atendimentos	43.936	30.776
Provisões custos Embossing e postagens	70.607	48.766
Provisões com contingências	156.940	5.432
Outras provisões	42.754	67.204
Ajuste de base IRPJ	153	-
IRPJ (25%)	139.208	80.906
CSLL (9%)	50.129	29.126
Saldo do Ativo Diferido	189.337	110.032

	2021	2020
Variação diferenças temporárias apuradas IRPJ	233.316	19.096
Variação diferenças temporárias apuradas CSLL	233.069	19.497
Provisões ressarcimento de custos	86.416	15.347
Impostos e contribuições a recolher	146.273	-
Outros	627	3.749
Ajuste base IRPJ	-	(401)
IRPJ - Impacto no resultado (25%)	58.329	4.774
CSLL - Impacto no resultado (9%)	20.976	1.755
Total	79.305	6.529

O IR e a CS foram calculados pela taxa nominal de 34%, conforme demonstrado abaixo: As estimativas dos créditos tributários foram fundamentadas com base nas projeções de lucros tributáveis futuros, assim a expectativa de realização do IR e CS diferidos serão realizados no curto prazo no máximo no primeiro quadrimestre do exercício seguinte de 2022, exceto a provisão adicional descentralização do ISS, decorrente das Leis 157/16 e 175/20, conforme Nota 17.

	2021	2020
Lucro antes do IR e da CS	953.379	705.755
IR e CS pela taxa nominal	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	324.149	239.957
Adições	192.477	112.204
(-) Exclusões	(110.264)	(104.203)
Adicional do IR	(24)	(24)
(Dedução) incentivos fiscais	(201)	(1.670)
Ajuste anos anteriores	(237)	-
Despesa de IRPJ e CSLL	405.900	246.264

Alíquota efetiva	34%	34%
13. Tributos e impostos a recolher:	2021	2020
ISS a recolher	7.250	7.075
COFINS a recolher	15.613	16.033
PIS a recolher	3.369	3.476
IR e CS, líquidos de antecipações	48.732	35.515
Outros impostos a pagar	709	758
Total	75.673	62.857

14. Contingências fiscais, cíveis e trabalhistas: A Companhia possui ações para as quais constitui provisão em montante considerado suficiente para contingências fiscais, tributárias e cíveis decorrentes do curso normal de suas operações, a Administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas nas ações, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso como segue:

	(a) (b) Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Totais
Saldos em 31/12/2019	4.149	-	-	4.149
Adições	-	249	373	622
Pagamentos	-	(3)	(79)	(82)
Reversões	-	3	(22)	(19)
Saldos em 31/12/2020	4.149	249	272	4.670
Adições	9.673	185	36	9.894
Pagamentos	-	(143)	(278)	(421)
Reversões	(4.149)	(109)	-	(4.258)
Saldos em 31/12/2021	9.673	182	30	9.885

(a) Objeto da exclusão do valor correspondente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) da base de cálculo das contribuições devidas ao Programa de Integração Social (PIS), e ao Financiamento da Seguridade Social (COFINS), na forma do artigo 151, IV, do Código Tributário Nacional, que correspondem ao período de setembro de 2017 a dezembro de 2018. Os autos foram substroados até o julgamento final do Recurso Extraordinário nº 592.616, vinculado ao Tema do STF nº 118 (Inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS). (b) Refere-se a cobrança da diferença do ISS de 2016/2017, decorrente da exclusão da base de cálculo do ISS, excluindo da base os impostos federais (IR, CSLL, PIS e COFINS), de acordo com as leis municipais (118/2002 e 185/2007), onde o plenário do STF julgou inconstitucional em agosto/20, o artigo 41 da lei complementar, onde a Companhia impetrou com "Mandado de Segurança" suspendendo a exigibilidade dos débitos até a decisão sobre a modulação da ADPF, impetrado contra o Município de Barueri por escrivão externo. Esclarecemos que foi concluída a análise e o parecer final do risco processual e a possibilidade de êxito da Cateno pelo nosso departamento jurídico, levado parecer técnico à diretoria que aprovou o provisionamento. A Companhia é parte em outros processos para os

quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, internos e externos, julgou o risco de perda como possível. As obrigações decorrentes desses processos são consideradas como passivos contingentes, uma vez que não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação. Em 31/12/2021 e 2020, os valores envolvidos em processos com risco estimado como possível é inferior a R\$1. **15. Obrigações a repassar:** Os saldos desta rubrica referem-se aos valores a repassar dos clientes portadores dos cartões Pré-Pagos, agenda a liquidar junto aos adquirentes e outros valores a repassar provenientes da operação Pré-Pago.

	2021	2020
Saldo portadores cartões (a)	6.690	44.648
Valores a pagar (b)	8.703	8.404
Outras obrigações	-	211
Total	15.393	53.263

(a) Referem-se aos saldos dos clientes portadores dos cartões Pré-Pagos, provenientes de cargas já recebidas pela Companhia, para os quais os cartões ainda não foram utilizados. (b) Saldos internalizados dos clientes a repassar e liquidação dos valores junto às empresas adquirentes, decorrente da utilização dos cartões nas redes conveniadas. **16. Arrendamentos de uso:** Segue abaixo a movimentação do saldo de arrendamento mercantil para o período findo em 31/12/2021:

	2021	2020
Saldo em 31/12/2019	2.605	-
Pagamentos	(592)	-
Apropriação de juros - Despesa financeira	149	-
Saldo em 31/12/2020	2.162	-
Baixas	(2.026)	-
Adições	2.935	-
Pagamentos	(493)	-
Apropriação de juros - Despesa financeira	109	-
Saldo em 31/12/2021	2.687	-

17. Impostos a recolher: A partir de 2018, após alterações das Leis Complementares nº 157/16 e 175/20, o imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISS") passou a ser devido no município onde os estabelecimentos comerciais, tomadores dos serviços relativos a meios de pagamento, estão domiciliados, porém foram suspensas em decorrência da liminar deferida pelo STF via ADIN nº 5835 e o restabelecimento da legislação anterior, com base na opinião dos nossos assessores jurídicos, voltamos a recolher o ISS no município em que a Companhia está domiciliada, com provisão do ISS complementar.

	Principal	Atualizações	2021	2020
ISS a recolher (a)	30.346	5.389	35.735	34.600
ISS Provisão (b)	110.538	-	110.538	-
Total	140.884	5.389	146.273	34.600

(a) Provisionamos de janeiro a março de 2018 o ISS, com base em um estudo interno, considerando as principais capitais, em uma alíquota média de 4,23% e desde então atualizamos mensalmente via SELIC. (b) Refere-se às provisões mensais realizadas do "ISS complementar" com alíquota de 3% a partir de janeiro/21, em paralelo a Companhia vem participando do desenvolvimento e integrações com o sistema da SERPRO que fará a consolidação das informações e o controle centralizado de arrecadação. **18. Patrimônio líquido:** **18.1 Capital social:** O capital social é de R\$414.000, dividido em 10.149.648.275 ações, todas nominativas e sem valor nominal, das quais (i) 9.134.683.448 são ações ordinárias e (ii) 1.014.964.827 são ações preferenciais Classe C. O capital social está representado por 70% Cielo S.A. e 30% BB Elo Cartões Participações S.A. **18.2 Reserva de capital:** Está representada pelo montante de R\$9.707.622, relativo ao ajuste do valor econômico do intangível baseado em laudo de avaliação elaborado por empresa de consultoria especializada. **18.3 Reserva de lucros - Legal:** Representa os montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder a 30% do capital social. Em 31/12/2021 o montante de reserva legal é de R\$22.187 e não houve constituição da reserva legal, pois o montante da reserva legal acrescido da reserva de capital é superior a 30% do capital social. **18.4 Reserva estatutária:** Está representada pela aplicação dos percentuais sobre as despesas anuais da Companhia, que não excederá 30% do capital social nos termos do artigo 27 do Estatuto Social. A Reserva de Transição foi constituída com a finalidade de suportar eventuais riscos de contingências e/ou perda operacionais em função do período dos trabalhos do comitê não estatutário de transição.

	2020	Distribuição	2021
Reserva estatutária	124.200	(46.963)	77.237
Total	124.200	(46.963)	77.237

Conforme artigo 27º do Estatuto Social, a partir do exercício social encerrado em 31/12/2020, o saldo da Reserva de Transição poderá ser distribuído aos acionistas, de forma que o valor passível de distribuição para os exercícios encerrados em 31/12/2020, 2021, 2022, 2023 e 2024, corresponderá ao valor que foi destinado à Reserva de Transição nos exercícios sociais encerrados em 31/12/2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, respectivamente. Por ocasião da aprovação das demonstrações financeiras do exercício social a findar-se em 31/12/2024, o saldo remanescente da Reserva de Transição será distribuído aos acionistas. **18.5 Distribuição de lucros:** Os dividendos intercalares são distribuídos mensalmente na proporção da respectiva participação acionária no capital social, após apuração do balancete, nos termos do artigo 27, §4º do Estatuto Social da Companhia, que poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, mediante aprovação do Conselho de Administração e observados os limites previstos em lei, declarar dividendos à conta de lucro apurada nesses balanços, os quais poderão ser compensados com o dividendo mínimo obrigatório, também poderá declarar os dividendos intermediários à conta de

DIRETORIA

LUIS FELIPE SALIN MONTEIRO - Diretor Geral

EDUARDO DE MELO CONDÉ - Diretor de Tecnologia e Operações

JERRY QUADROS DE CARVALHO - Contador - CRC-1SP224001/0-2

PARCEIRO DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA

Barueri, 23 de março de 2022.

VICTOR BERNARDO ZAKIME - Membro Conselho Fiscal